

BREVE PANORAMA DA HISTORIOGRAFIA DO PROTESTANTISMO NO BRASIL DO SÉCULO XIX

Mariana Ellen Santos Seixas*

RESUMO: Alguns livros e artigos foram selecionados para apresentar um panorama das produções que têm discutido o protestantismo brasileiro do século XIX. A partir dessas obras, que versam sobre variados assuntos em diferentes regiões do Brasil, será possível estabelecer uma perspectiva de análise com o intuito de, se não organizar, pelo menos enumerar algumas referências fundamentais para o estudo do protestantismo, bem como destacar a face multidisciplinar que os estudos da religião e da religiosidade têm obtido nos últimos anos. Neste artigo, dois tópicos serão destacados: o primeiro é relativo às obras sobre o presbiterianismo no Brasil, e o segundo e último, relativo às obras de estudo sobre o protestantismo na Bahia. Tanto os temas mais gerais quanto os mais específicos tratados aqui só demonstrarão a ainda escassa produção historiográfica sobre o protestantismo no século XIX, bem como poderão servir como um ponto de partida para novas produções.

PALAVRAS-CHAVE: Protestantismo; Historiografia; Século XIX

ABSTRACT: Some books and articles were selected to present an overview of these productions which have discussed XIX century Brazilian Protestantism. From these works, which talk about several subjects in different Brazilian regions, it will be possible to establish an analysis perspective which intends, if not organise, at least enumerate some essential references for the study of Protestantism, as well as, to highlight the multidisciplinary character that religion and religiosity studies have obtained lately. In this article, two topics will have special prominence: the former is related to works about presbyterianism in Brazil, and latter, related to works about Protestantism in Bahia. Not only the general subjects, but also the most specific ones, will demonstrate the insufficient historiographic about the Protestantism in XIX century. They also may be useful as a starting-point for new productions.

KEY-WORDS: Protestantism; Historiography; XIX century

O universo religioso protestante tem se mostrado excelente objeto de pesquisa, por encerrar diversas temáticas concernentes à História, como política, gênero, classe, entre outras vertentes de estudo. Para uma maior compreensão dos objetivos deste trabalho, faremos menção ao texto de Eduardo Albuquerque (2003, p.57-68), em que temos uma essencial diferenciação entre História das Religiões e História Religiosa. A primeira teve seu método “voltado para determinar a precisão dos textos religiosos, comparar os discursos sagrados e comparar as próprias religiões por meio de seus ritos, mitos, símbolos e instituições”. Já a História Religiosa busca “analisar a atuação dos sujeitos históricos individuais ou coletivos”; pode, ainda, “preocupar-se com a inserção

*Mestranda em História Social do Brasil/ Universidade Federal da Bahia. E-mail: mariseixas_hist@yahoo.com.br

social de determinada religião em certo tempo”, ou seja, há uma importância fundamental do contexto histórico para a compreensão das práticas religiosas.

Neste artigo, tratarei, a princípio, das abordagens teóricas produzidas sobre o protestantismo e sua inserção no Brasil, a partir das considerações de Rubem Alves e fazendo uma análise comparativa dos livros de Émile Leonard e Boanerges Ribeiro. Em seguida, dois trabalhos envolvendo a questão da escravidão, o primeiro tratando sobre as visões protestantes deste tema, e o último divulgando importantes informações sobre um personagem do Recife, serão apresentados. Um artigo de Cláudia Rodrigues destacará a problemática dos enterros de não-católicos, como um exemplo das tensões havidas entre as diferentes vertentes do cristianismo em duelos de força e influência. Um bloco mais específico tratará das discussões existentes acerca da inserção presbiteriana no Brasil, destacando seus estudiosos mais importantes. Por fim, uma apresentação de obras referentes ao protestantismo na Bahia, demonstrará a grande necessidade de estudos deste tema que o Estado ainda demanda.

Cultura, representações e símbolos estão presentes a todo tempo quando estudamos a História Religiosa. Rubem Alves incluiu ainda outro fator: a linguagem, que “sustenta o mundo”. Este autor é responsável por uma obra importantíssima acerca do sentimento de conversão no protestantismo, da qual gostaria de salientar alguns pontos. Alves (1982, p.29) acredita que “a idéia que o grupo faz de si mesmo é um dos conceitos fundamentais a serem levados em consideração na explicação de seu comportamento”; por isso, para estudar qualquer grupo, deve-se partir de suas “emoções fundadoras”. Foi nessa tentativa que o autor conseguiu estabelecer três tipos ideais no protestantismo, o Protestantismo de Reta Doutrina, o Protestantismo de Sacramento e o Protestantismo do Espírito, tipos que transcendem as denominações. Rubem Alves não é historiador, mas sua análise sócio-filosófica da religião e sua forma de subdividir o protestantismo têm servido de aparato teórico para muitos historiadores do protestantismo brasileiro.

Dentre os estudiosos que procuraram fazer uma análise mais completa sobre o protestantismo no Brasil, Boanerges Ribeiro e Émile Leonard são os pioneiros. Este era um calvinista francês que morou alguns anos no Brasil e aquele um pastor presbiteriano, descendente de uma família evangelizada pelos primeiros missionários da denominação no Brasil.

Suas obras, até bem pouco tempo, eram as únicas que procuravam estabelecer uma contextualização social, cultural e econômica da implantação do protestantismo brasileiro, a despeito de suas relações com as denominações evangélicas. Queremos fazer uma comparação entre os dois, um estrangeiro e um brasileiro, falando sobre o mesmo assunto.

Émile Leonard (1981) prefere começar sua obra explicitando as principais características do catolicismo brasileiro, com o costume das devoções familiares isentas da intervenção direta da igreja, das “festas aparatosas”, da “piedade supersticiosa”. Sob o aspecto institucional, chama atenção para a formação de um “clero político”, “declínio do espírito apostólico” e deficiência numérica, impossibilitando o acompanhamento espiritual dos fiéis.

Boanerges Ribeiro (1973) também inicia seu livro falando sobre a Igreja Católica em princípios do século XIX, mas prefere apresentar logo as primeiras investidas inglesas para abrir “a primeira brecha na muralha levantada em torno do nosso sistema religioso, até então impenetrável ao protestantismo”; essas iniciativas beneficiaram não somente anglicanos, mas protestantes “norte-americanos, suecos, dinamarqueses, escoceses”. O autor lembra, contudo, que ainda no período da Independência não havia igreja protestante estabelecida no Brasil, e vale lembrar que, em 1841, o missionário metodista Spaulding foi embora também por não conseguir um maior acesso à população brasileira.

Após esta breve introdução, os autores partem para análises diferentes. Leonard opta por uma abordagem mais factual, os principais momentos das primeiras missões, as perseguições sofridas e a colaboração de D. Pedro II, intentando garantir a presença dos estrangeiros protestantes, fundamentais para realizar os objetivos de branquear a população, ocupar as fronteiras, e realizar melhoramentos técnicos (como as ferrovias) que exigiam mão-de-obra especializada, inexistente no Brasil.

Entretanto, acreditamos haver um exagero quando o autor afirma que (1981, p. 47), imediatamente após chegarem, as missões estrangeiras deram “origem à manifestação de um protestantismo local, *autônomo, grandemente influenciado pela mentalidade religiosa do país*”. Essa autonomia é questionável, tanto no âmbito institucional, já que, no século XIX, as igrejas ainda estavam dependentes em termos

financeiros e de mão-de-obra para as ações proselitistas, quanto no âmbito cultural, resistindo a uma adaptação mais efetiva à religiosidade brasileira.

Boanerges Ribeiro segue outro rumo. Procura mostrar como o sistema jurídico-político do Brasil tentou se ajustar gradativamente às perspectivas de inserção de uma massa não-católica no país. Segundo o autor (1973, p.27), mais do que zelo religioso, a maior preocupação era a “necessidade de atrair imigração européia que viesse suprir o que a agricultura perderia com a supressão do comércio de escravos, que já estava determinada”. A abertura do país ao protestantismo foi, de acordo com Ribeiro (IBID, p. 33), “consciente e deliberadamente” projetada, assim como a manutenção do catolicismo romano “sob tutela e administração estatal”, garantindo que “os limites da tolerância ao protestantismo não seriam fixados pelo Vaticano, nem pelo Clero, mas sim pelo Governo Imperial.” Ribeiro (IBID, p. 44) faz uma afirmação importante: após a Constituição de 1824, a desagregação do monasticismo nacional contribuiu para arrefecer a oposição ao protestantismo no Brasil. Segundo o autor, “conventos e mosteiros despovoados e desmoralizados, sem liderança efetiva – e ausência de monges e freiras convictos e numerosos, para se oporem ao Protestantismo”, foram um auxílio indireto, prestado pelo enfraquecimento da Igreja Católica

Boanerges Ribeiro (Ibid, p. 55) engendra uma análise do “Sistema Religioso e a Igreja Romana”, enfatizando que a tentativa de romanização no Brasil foi dificultada pelo dispositivo do padroado, usado pela monarquia brasileira, e pela “competição” com outras formas de religiosidade, incluindo as crenças africanas, indígenas e católicas populares, que acabaram desenvolvendo as cerimônias festivas como “compensação” pelo distanciamento entre fiel e sacerdote nas cerimônias centrais, como a missa. Assim, o Protestantismo seria mais um invasor a ser combatido pelo catolicismo romano, que, inclusive, teve que se aliar à religião popular para efetivar as primeiras reações. Entretanto, a estratégia dos missionários, segundo Ribeiro (IBID, p. 77), foi avassaladora:

Quando o Protestantismo começou a ser introduzido entre brasileiros, foi a regra de fé [Bíblia] uma das brechas por onde se infiltrou. O povo, afeito a considerar sagradas as Escrituras – e pouco respeitáveis os padres – era confrontado pelos evangélicos com pronunciamentos bíblicos claros, casos concretos, de todo opostos à religião clerical e à religião popular. O efeito, em muitos casos, foi devastador. A única defesa encontrada pelo clero foi a alegação de

que as 'bíblias protestantes' eram falsificadas. Esse argumento não impediu a aceitação dessas Bíblias, em número crescente pela população.

Tanto Leonard quanto Ribeiro analisaram o desenvolvimento das primeiras comunidades protestantes. As diferenças aparecem quando o primeiro prefere abordar os conflitos advindos das freqüentes trocas de denominações pelos fiéis brasileiros (da batista para a presbiteriana, da congregacional para a metodista, etc.), e os “acordos de delimitação de zonas” de evangelização, que constituíram uma alternativa, nem sempre bem-sucedida, para este problema. Ribeiro avalia as medidas legislativas tomadas em favor das comunidades protestantes, quais sejam a de separar um espaço nos cemitérios para os enterramentos de acatólicos (essa discussão será mais aprofundada mais adiante), concessão de liberdade de propaganda (venda de Bíblias), e o direito de celebrar casamento com efeitos legais e registrar os nascimentos (é preciso lembrar, contudo, que a Lei 1.144 de 11 de setembro de 1861, e o Decreto 3.069/1863 não aprovaram o casamento civil). No que concerne à participação no sistema político, o Decreto 3.029/1863 (Lei Saraiva) “eliminou a filiação à religião do Estado como condição para integrar a Assembléia Legislativa”, contudo, Ribeiro salienta que raso proveito pode ser tirado destas leis, pois os protestantes eram ainda pouco numerosos. Entretanto, segundo o autor (IBID, p. 123), este é um fator a mais para acreditar que o Estado brasileiro “criou condições para a introdução e estabelecimento do Protestantismo no país: não fomos forçados a recebê-lo, mas recebemo-lo deliberadamente, voluntariamente.” Encerrando sua pesquisa, Ribeiro (IBID, p. 149) procura detectar os principais agentes da continuidade protestante no Brasil:

Se a leitura da Bíblia era o início do processo de conversão ao Protestantismo, o cântico dos hinos, o culto doméstico e congregacional, a propaganda da nova fé aos vizinhos e parentes, a escola primária para os filhos dos crentes ao lado da igreja, e a literatura religiosa fornecida pelos pastores agrupavam os convertidos, davam-lhes as intensas experiências coletivas que os reuniam em grupo no seio da sociedade.

Um aspecto tão característico da sociedade brasileira do século XIX como a escravidão também foi polêmico para as comunidades protestantes, que se viam, por vezes, encurraladas entre o discurso e a prática anti-escravistas. Esse tema é discutido

num artigo por Elizete da Silva (2003, pp. 1-26), com especial ênfase nas denominações anglicana e batista. No Brasil, entre os anglicanos, duas foram as atitudes frente à escravidão: uma passiva, já que muitos membros da igreja possuíam e até comercializavam escravos, e já haviam se acomodado com o fato de a instituição escravista estar arraigada na vida sócio-econômica brasileira; outra de condenação da escravidão, principalmente por influência das sociedades anti-escravistas internacionais. Ambas demonstram a incoerência e a falta de um pensamento uníssono na comunidade anglicana. Entre os batistas estadunidenses também prevaleceu essa dubiedade.

Os primeiros colonos eram a favor da escravidão (haviam saído dos EUA após a derrota na Guerra de Secessão) e viam o Brasil como um terra de novas oportunidades, a Nova Canaã dos confederados derrotados. Os missionários e batistas brasileiros em geral, segundo Silva, após 1888, construíram o discurso de que o escravismo era incompatível com a fé cristã. Assim fica perceptível a ausência de uma ação coletiva das duas denominações contra a escravidão. Muitas vezes o objetivo principal é salvar a alma do escravo, sem considerar os aspectos sociais envolvidos nesse processo; até porque, antes da abolição, havia ainda o receio de contrariar uma instituição do Império, onde a liberdade religiosa não era uma realidade completa. Somente após a Proclamação da República é que denominações protestantes, como a batista, puderam assumir posições claras sem correr muitos riscos.

Ainda no âmbito da discussão da escravidão, mudando, entretanto, o ângulo de análise, Marcus J. M. Carvalho (2004, p.327-334) trouxe informações extremamente inovadoras quanto à prática protestante no Recife. Mesmo que a religiosidade em si não seja objeto de uma pesquisa mais aprofundada do autor (que estuda os movimentos sociais, o mundo atlântico e o universo da escravidão em Pernambuco), o pequeno artigo em que aborda a prisão de Agostinho José Pereira, o Divino Mestre, pode propor reflexões importantes inclusive quanto à real data de formação da primeira igreja protestante do Brasil.

Agostinho foi preso, em 1846, portando uma Bíblia e pregando pelas ruas de Recife: ele sabia ler e escrever e provavelmente havia ensinado a alguns (se não todos) de seus "discípulos". Para a polícia, entretanto, não foi a Bíblia o escrito que mais chamou atenção: foi o "ABC" que estava entre os pertences do Mestre. Este tipo característico de literatura tinha referências ao Haiti, local onde havia ocorrido uma

insurreição escrava de tal magnitude que arrepiou os senhores de escravos no Brasil. Referia-se também a um Adão moreno, um Abraão moreno, a um Cristo moreno; lembrava da liberdade antiga e avisava: "Fácil é serem sujeitos de quem já foram senhores."

Quero chamar atenção, na verdade, para a peculiaridade da crença de Agostinho. No tempo em que pregava no Recife, não havia ainda uma inserção do chamado "protestantismo histórico". O Mestre não foi ensinado a descrever das imagens dos santos por nenhuma denominação estrangeira; não adotou a prática da leitura da Bíblia sob incentivo de nenhum pastor, de nenhuma "igreja"; não afirmou que o catolicismo deixava de cumprir os mandamentos de Deus como uma estratégia de crescimento de nenhuma denominação específica. Segundo Agostinho, sua conversão veio de uma inspiração Divina e estava sempre em contato com "Ele".

Não sei se Carvalho teve essa intenção, mas podemos inclusive discutir sobre se essa crença difundida pelo Divino Mestre não originou a primeira igreja protestante do Brasil. Igreja no sentido de reunião de pessoas; igreja que tem uma revolução como objetivo; igreja que abomina a escravidão; igreja negra. Mas também uma igreja que estuda a Bíblia, e dá um destaque às passagens que mencionam a liberdade; igreja que tem a expectativa da redenção. Será que Agostinho foi um pioneiro de uma pregação de cunho protestante mesmo sem estar ligado a nenhuma instituição que assim se denomine? O que ele ensinava pode ser descrito como protestantismo? Não tenho respostas para essas perguntas. São apenas questões para se discutir.

Entrando novamente nas queixas do protestantismo "formal", outra polêmica foi a questão dos enterros. A jurisdição católica sobre os cemitérios criava uma série de impedimentos para o sepultamento de não-católicos, um grupo que, principalmente por causa da onda imigratória, crescia a cada dia. Cláudia Rodrigues (que também não estuda especificamente o protestantismo) publicou um artigo discutindo a problemática dos sepultamentos e explica que o fenômeno da romanização, ocorrido em meados do século XIX, foi também responsável pela extinção da "tolerância" havida para o enterro de não-católicos. A partir de então, um número razoável de enterros, sobretudo de protestantes, é impedido pelos sacerdotes católicos de diversas regiões do Brasil. E esse foi um problema que começou a preocupar também o Estado brasileiro. Segundo Rodrigues (2008, p. 30):

Não parecia mais ser consenso que os cemitérios fossem de domínio eclesiástico. Iniciava-se, assim, um longo e tenso debate conduzido por políticos e intelectuais da chamada Geração 1870 a respeito da natureza da jurisdição que deveria haver sobre os cemitérios públicos, se eclesiástica ou civil. Na medida em que o Império ganhava novos contornos sociais, econômicos e políticos, apresentando uma sociedade bastante transformada, o caráter eclesiástico das necrópoles representava um obstáculo a ser transposto, uma vez que o “público” a quem se destinavam não seria mais exatamente o mesmo “público” que antes predominava.

Rodrigues (IBID, p. 31) menciona que o governo passou a perceber os riscos que as medidas católicas representavam para os projetos de imigração "frente ao iminente fim da escravidão; sem contar, é claro, a questão racial que também estava por trás deste projeto."; solicitou, então, que a Igreja Católica separasse em todos os cemitérios públicos um espaço para os não-católicos. Entretanto, somente com a instauração do regime republicano foi possível secularizar os cemitérios e ampliar a assistência de direitos civis aos não-católicos. Obviamente, os protestantes foram os mais "privilegiados", em relação a outros grupos religiosos, como os praticantes das religiões afro-brasileiras, que durante muitas décadas foram ou ignorados ou perseguidos pelas autoridades públicas.

Tendo dito isto, é preciso chamar atenção para a reação dos protestantes à ação católica de impedir os sepultamentos. A publicação de notícias desse tipo em periódicos como a Imprensa Evangélica, lançado pelos presbiterianos, provocou grande polêmica nas comunidades protestantes de todas as cidades em que os periódicos passavam e geravam uma tensão indesejada pelos governos. Um argumento, certamente bem sucedido, utilizado pelos protestantes foi o de que todos aqueles que lutassem contra as ameaças sofridas e as péssimas condições civis dadas a eles eram os maiores interessados no "progresso" do país como um todo, progresso que só esses homens poderiam oferecer.

Antônio Gouvêa Mendonça (2001, p. 39-40) foi um sociólogo que teve muita influência nos estudos de protestantismo e, em particular do presbiterianismo, no Brasil. Em suas obras, caracteriza o período inicial da implantação do presbiterianismo no Brasil como um “cenário aberto”, principalmente porque “a Igreja Católica apresentava sensíveis pontos de fraqueza que a tornava vulnerável naquele momento da vida da nova nação.” O regime do padroado teria submetido a Igreja a um governo quase

anticlerical, e esta situação seria agravada pelos poucos recursos humanos da Igreja para fazer o acompanhamento religioso dos fiéis; inclusive, muitos católicos preferiam continuar com suas práticas religiosas livres das intervenções da Igreja como instituição. Esta afirmação é influenciada por Émile Leonard (1981, p. 30), que chamou atenção para o fato de que a insuficiência numérica do clero brasileiro se fez acompanhar de um enfraquecimento de sua vida espiritual, influenciando, inclusive a opinião estrangeira: “diminuição real do zelo apostólico, dissolução dos costumes e o indiferentismo religioso do Brasil foram, durante muito tempo, lugar comum dos viajantes europeus.”

Complementando sua discussão, Mendonça menciona os quatro elementos básicos da ação missionária no Brasil: a *evangelização*, o *culto*, a *organização* e a *educação*. A evangelização seria o “núcleo central” de toda missão, e, no caso presbiteriano, teria sido eminentemente cristológica, enfatizando o amor de um Deus que busca uma “decisão individual”, sem olvidar da doutrina básica, que é a predestinação, e do instrumento principal que é a Bíblia, como única “regra de fé e prática”. O culto também é um caso especial, pois o calvinismo estabeleceu regras inclusive para as reuniões dos fiéis, apresentando um padrão de liturgia que deveria ser seguido por todos. Incluiu momentos de confissão de pecados (o homem e Deus, a sós), canto de hinos e, considerada mais importante, a pregação, ou sermão, no qual o caráter pedagógico e racional assume uma proeminência especial.

No que concerne à organização da Igreja, pouco mudou. De acordo com o autor (IBID, p. 56-57), a forma de governo baseada nos presbíteros (democrático-representativa conciliar) continua a ser utilizada na grande maioria das Igrejas Presbiterianas, apesar de algumas vertentes demonstrarem uma orientação para o presidencialismo, baseando-se na simpatia para com o poder personificado. O último e não menos importante ponto é a educação. Sabe-se que os presbiterianos foram pioneiros na educação protestante em São Paulo, e em todo o Brasil, por onde passavam, os missionários faziam questão de estimular a alfabetização de seus fiéis, já que a leitura individual da Bíblia é um ponto fundamental da prática presbiteriana.

Tenho me dedicado, ultimamente, a um estudo do presbiterianismo na Bahia. A bibliografia é inexistente. Todavia, em âmbito nacional, a Universidade Presbiteriana Mackenzie tem divulgado inúmeros estudos sobre a história da Igreja Presbiteriana no Brasil. Seu historiador oficial, Dr. Alderi Souza de Matos, já fez uma série de pesquisas

minuciosas de personagens, até pouco tempo obscuros, da trajetória presbiteriana. Seu livro sobre os pioneiros (MATOS, 2004) é uma referência obrigatória para todo aquele que quer estudar essa denominação. É um trabalho prosopográfico de muita qualidade. Quero destacar apenas alguns dos artigos publicados pelo autor ao longo de sua carreira.

Matos divulgou um bom estudo biográfico sobre Robert Reid Kalley, o pioneiro do protestantismo de missão (ou conversão) no Brasil, apresentando sua trajetória desde as perseguições na Ilha da Madeira, até as perseguições no Brasil, enfatizando o período da fundação da Igreja Evangélica Fluminense, datada de 11 de julho de 1858, quando do batismo do primeiro converso brasileiro, Pedro Nolasco de Andrade. Outras iniciativas suas são aquelas que tratam da participação feminina nos primórdios da IPB, outro trabalho prosopográfico que auxilia na composição de dados das famílias pioneiras do presbiterianismo no Brasil.

Assim também o trabalho sobre o ex-padre José Manuel da Conceição, que se tornou o primeiro pastor protestante brasileiro (foi ordenado em dezembro de 1865), mostrando as principais características de seu ministério após a conversão, e, inclusive, admitindo que este pastor não teve a intenção de levar seus antigos paroquianos para a igreja protestante: Conceição pensava em uma reforma da vida religiosa das pessoas, o que não precisaria implicar diretamente, para ele, em “trocar de igreja”. Esses e outros artigos podem ser encontrados facilmente no site da Universidade Mackenzie (www.mackenzie.com.br), de onde Alderi Matos é professor.

O autor publicou três artigos que sintetizam o período do prelúdio da ação presbiteriana no Brasil. Trata das “Origens Externas do Presbiterianismo”, abordando os principais acontecimentos nos Estados Unidos, como a divisão da Igreja Presbiteriana do Norte e do Sul devido, entre outros motivos, à problemática da escravidão. É um texto que recorre, todo tempo, à documentação. O autor fala, ainda, das “Bases do Presbiterianismo”, em que, aliando à uma biografia de Ashbell Green Simonton, o primeiro missionário presbiteriano do Brasil, procura enfatizar a importância da educação como instrumento de evangelização dos brasileiros. E, por último, faz um estudo das principais identidades que um presbiteriano tem que assumir: a de Reformado, a de Calvinista e a de Presbiteriano, mostrando a origem de cada um destes termos. São estudos muito interessantes.

Quero chamar atenção para o caráter confessional dos estudos de Matos. A quase totalidade de suas produções consultadas tem um objetivo muito explícito de relembrar personagens de forte apelo emocional dentro da denominação presbiteriana, ou ainda preservar a memória daqueles que foram responsáveis pela consolidação da denominação no Brasil. Obviamente, isso não descaracteriza sua obra, que é vasta e interessante, todavia, esse cunho confessional dificulta a divulgação acadêmica e corre o risco de se tornar seus escritos uma referência bibliográfica apenas factual.

Quando fazemos um recorte geográfico, constatamos que há uma deficiência muito grande de bibliografia a respeito do protestantismo na Bahia neste mesmo período. Poucas foram as pessoas que se interessaram por esse tema, ou, pelo menos, poucos são os trabalhos publicados. Felizmente, há exceções. Sob uma perspectiva mais geral, Kátia Mattoso (1992, p. 415-431) tratou dos momentos iniciais do estabelecimento do protestantismo na Bahia. Mesmo reconhecendo que a autora não teve a intenção de fazer uma análise mais profunda dessa questão, queremos destacar alguns pontos que podem confundir o leitor.

Mattoso afirma que, “contrariamente aos cultos afro-brasileiros, o protestantismo oferecia à população outro caminho de salvação cristã, *com doutrinas e práticas atraentes*.” É preciso lembrar que por mais que esse *outro caminho* oferecesse “privilégios” (como a ascensão hierárquica dentro da Igreja) e mostrasse maior “comprometimento” com a religião do que a maioria do clero católico através da reputação de seus ministros, poderia se tornar “má” opção por representar uma moral mais rígida e exigir conduta exemplar do fiel. Entretanto, não quero desconsiderar outras perspectivas de análise, e, com certeza, a preferência religiosa desses novos convertidos ainda precisa ser alvo de muitos estudos.

Outra afirmação mal colocada aparece quando a autora diz que as igrejas protestantes impunham uma severa disciplina, a ponto de chegar a exigir “o rompimento dos laços de família.” A autora não menciona nenhuma denominação específica, mas pelo menos no que se refere ao presbiterianismo, isso não procede. Ao contrário, os pastores procuravam fazer com que os membros da Igreja conquistassem seus familiares para a fé protestante através do testemunho. Pelo menos em geral, não pediam que casais se separassem, caso um dos cônjuges não se tornasse crente, e não pediam que pais abandonassem seus filhos, ou filhos desamparassem seus pais. Na igreja que é

objeto de meu estudo mais aprofundado, a Igreja Presbiteriana da Bahia, vê-se que há um caso (ATAS de Reunião da IPBa, 1893, pp. 115, 117 e 120) em que um senhor deixou de ser batizado por não se reconciliar com sua filha, com quem havia rompido relações. Os líderes da Igreja Presbiteriana da Bahia tentaram restabelecer os laços familiares, mesmo que todos os componentes do núcleo familiar não fossem membros daquela comunidade.

Marli Geralda Teixeira (1975) fez um trabalho muito interessante sobre os batistas na Bahia. Estabelecendo um universo cronológico entre 1882 – “instalação da ação missionária batista na Bahia” – e 1925, “encerramento da Questão Radical – movimento de contestação à liderança missionária que agitou as igrejas batistas do Nordeste entre 1922 e 1925”, a autora discute em sua tese três questões fundamentais: a “inovação” que a doutrina batista representava para os padrões culturais baianos; a utilização de diversos meios de propaganda, ainda que limitados “pelas características marcantes do catolicismo brasileiro e pelos graus altamente restritivos dos compromissos exigidos do convertido”; e, por último, a adoção de “rígidos critérios estruturais, doutrinários e comportamentais”, para consolidar a denominação num “ambiente adverso”. Uma das partes mais interessantes desse trabalho é aquela em que a autora demonstra a predominância de elementos das classes pobres entre os membros das igrejas batistas no século XIX; as figuras ilustres, letradas, de melhor condição financeira existiram, mas em minoria.

O último trabalho que queremos destacar sobre o protestantismo da Bahia no século XIX, é o de Elizete da Silva (1998), que já tem uma longa trajetória nesse tipo de estudo. Em sua tese sobre os anglicanos e batistas, a autora tentou responder a uma série de questões que foram ignoradas pela historiografia religiosa, como, por exemplo, a relação entre os extremos: “o esforço proselitista dos batistas” e o “distanciamento e o silêncio dos anglicanos”. Silva pretendeu analisar como os britânicos enxergavam a manifestação das “crenças e dos sentimentos religiosos” por parte da população baiana e brasileira, bem como identificar quais as representações construídas sobre a sociedade e a cultura locais.

Ao longo deste pequeno artigo, ficou clara a diversidade de assuntos e a diversidade de disciplinas (história, sociologia, filosofia) que se propõem a estudar o protestantismo brasileiro do século XIX. São autores ligados às denominações, como no

caso de Alderi S. Matos e Antônio G. Mendonça; são pesquisadores que esbarraram neste tema como Marcus Carvalho; são estudos que decorrem de outras pesquisas mais antigas, como no caso de Cláudia Rodrigues; são reflexões surgidas a partir de experiências dolorosas, como aconteceu com Rubem Alves; são historiadores desbravadores, como Marli Geralda Teixeira e Elizete Silva.

Não tive a pretensão, nem seria possível, de colocar neste artigo todas as obras referentes a estes tema e período da nossa história. Alguns artigos apenas repetem o que já foi dito há muito tempo e outros demandam uma análise um pouco mais detida, o que certamente ocorrerá em outras oportunidades e pelas mãos dos novos pesquisadores. Meu objetivo aqui foi apresentar um balanço historiográfico que pode servir de ponto de partida e suscitar muitas questões ainda negligenciadas na história do protestantismo brasileiro.

Assim, encerro aqui esta breve análise historiográfica do protestantismo no Brasil do século XIX. Dei uma ênfase, em certa parte do texto, à historiografia do presbiterianismo, que é o meu objeto de pesquisa, e quero destacar, mais uma vez, a ausência de estudos sob o presbiterianismo na Bahia. Esta foi a primeira denominação protestante a se fixar no território baiano com intentos proselitistas, e foi a primeira a propor uma mudança radical de comportamento da população que aderiu à nova fé. Por isso, acredito que seria muito válido complementar a produção de História Religiosa na academia baiana a partir do estudo da Igreja Presbiteriana. É uma história que precisa ser contada.

Referências

ALBUQUERQUE, Eduardo Basto de. Distinções no Campo de Estudos da Religião e da História. In: GUERRIERO, Silas (Org.). *O Estudo das Religiões: Desafios Contemporâneos*. São Paulo: Paulinas, 2003 (Coleção Estudos da ABHR).

ALVES, Rubem. *Protestantismo e Repressão*. São Paulo: Ática, 1982.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

CÉSAR, Elben M. Lenz. *História da Evangelização no Brasil: dos Jesuítas aos Neopentecostais*. Viçosa, Ultimato, 2000.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural Entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, Lisboa [Portugal] : Difel, 1990.

D'ALESSIO, Marcia Mansor. *Reflexões sobre o saber histórico: Pierre Vilar, Michel Vovelle, Madeleine Rebérioux*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.

DREHER, Martin N. Protestantismos na América Meridional. In: SIEPIERSKI, Paulo D. e GIL, Benedito M. (org.) *Religião no Brasil: enfoques, dinâmicas e abordagens*. São Paulo: Paulinas, 2003.

DUNSTAN, Leslie. *Protestantismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

GAARDNER, Jostein (org.). *O Livro das Religiões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GOMES, Antônio Máspoli de Araújo. *Religião, Educação e Progresso: A Contribuição do Mackenzie College para a Formação do Empresariado em São Paulo entre 1870 e 1914*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2000.

HACK, Osvaldo Henrique. Rev. José Manuel da Conceição: o Primeiro Pastor Presbiteriano Brasileiro. In: VV.AA. *José Manoel da Conceição: o Primeiro Pastor Brasileiro*. São Paulo: Mackenzie, 2001.

HILSDORF, Maria Lucia S. Simonton e o Panorama do Brasil nos meados do século XIX. In: Marcel Mendes; Cláudio Lembo; Maria Lúcia S. Hilsdorf; Alderi S. Matos. (Org.). *Simonton, 140 Anos de Brasil*. 1 ed. São Paulo: Editora Mackenzie, 2000, v. 3.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LEMBO, Cláudio. Protoprotestantismo no Brasil. In: VV.AA. *Simonton, 140 anos*. In: Marcel Mendes; Cláudio Lembo; Maria Lúcia S. Hilsdorf; Alderi S. Matos. (Org.). *Simonton, 140 Anos de Brasil*. 1 ed. São Paulo: Editora Mackenzie, 2000, v. 3

LEONÁRD, Émile. *O Protestantismo Brasileiro: estudo de Eclesiologia e História Social*. 2 ed. São Paulo e Rio de Janeiro: Juerp/ASTE, 1981.

MATOS, Alderi Souza de. *Os Pioneiros Presbiterianos do Brasil*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004

_____. "Para Memória sua": A Participação da Mulher nos Primórdios do Presbiterianismo no Brasil. <http://www.mackenzie.br/7164.html>. Acessado em 22 de junho de 2008.

_____. Rev. José Manuel da Conceição. <http://www.mackenzie.br/10177.html>. Acessado em 22 de junho de 2008.

_____. Simonton e as Bases do Presbiterianismo no Brasil. In: Marcel Mendes; Cláudio Lembo; Maria Lúcia S. Hilsdorf; Alderi S. Matos. (Org.). *Simonton, 140 Anos de Brasil*. 1 ed. São Paulo: Editora Mackenzie, 2000, v. 3.

_____. Robert Reid Kalley: Pioneiro do Protestantismo Missionário na Europa e nas Américas. <http://www.mackenzie.br/7041.html>. Acessado em 22 de junho de 2008.

_____. Presbiterianos: Quem Somos e de Onde Viemos. http://www.thirdmill.org/files/portuguese/13174~11_1_01_10-27-58_AM~Presbiterianos_Quem_e_de_Onde_Viemos.html. Acessado em 22 de junho de 2008.

_____. Origens Externas do Presbiterianismo. In: VV.AA. *José Manoel da Conceição: o Primeiro Pastor Brasileiro*. São Paulo: Mackenzie, 2001.

MATTOSO, Kátia M. de Queiros. *Bahia, Século XIX: uma Província do Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. *O Celeste Porvir: a inserção do Protestantismo no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. A Inserção do Presbiterianismo no Brasil (1859-1910). In: VV.AA. *José Manoel da Conceição: o Primeiro Pastor Brasileiro*. São Paulo: Mackenzie, 2001.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Apêndice: As Religiões no Brasil. In: GAARDNER, Jostein (org.). *O Livro das Religiões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

REILY, Duncan Alexander. *História Documental do Protestantismo no Brasil*. 3 ed. São Paulo: ASTE, 2003.

RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo no Brasil Monárquico; 1822-1888: Aspectos Culturais de Aceitação do Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1973.

SILVA, Elizete da. O Protestantismo Brasileiro: Um Balanço Historiográfico. In: SIEPIERSKI, Paulo D. e GIL, Benedito M. (org.). *Religião no Brasil: enfoques, dinâmicas e abordagens*. São Paulo: Paulinas, 2003.

_____. *Cidadãos de Outra Pátria: Anglicanos e Batistas na Bahia*. (Tese de Doutorado em História) Universidade de São Paulo - USP, 1998.

_____. Protestantismo e Representações Políticas. In: BRANDÃO, Sylvana (org.). *História das Religiões no Brasil*. Recife: Editora da UFPE, 2002.

TEIXEIRA, Marli Geralda. *Os Batistas na Bahia, 1882-1925; um estudo de História Social*. Salvador: UFBA, 1975.

VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. 2ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1980.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2001.